

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS

MÁRCIO ANDRÉ BRAGA

**– OS SELVAGENS DA PROVÍNCIA –
ÍNDIOS, BRANCOS E A POLÍTICA INDIGENISTA
NO RIO GRANDE DO SUL ENTRE 1834 E 1868**

São Leopoldo

2006

MÁRCIO ANDRÉ BRAGA

**– OS SELVAGENS DA PROVÍNCIA –
ÍNDIOS, BRANCOS E A POLÍTICA INDIGENISTA
NO RIO GRANDE DO SUL ENTRE 1834 E 1868**

Dissertação de Mestrado em Estudos
Históricos Latino-americanos
Para obtenção do título de Mestre em História
Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Programa de Pós-graduação em História
Populações Indígenas e Missões Religiosas
na América Latina

Orientadora: Heloisa Jochims Reichel

São Leopoldo

2006

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca da
Universidade do Vale do Rio dos Sinos

B813s Braga, Márcio André
Os selvagens da província: índios, brancos e a política
indigenista no Rio Grande do Sul entre 1834 e 1868 / por Márcio
André Braga. – 2005.
167 f. : 29cm.

Dissertação (mestrado) — Universidade do Vale do Rio dos
Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, 2005.

“Orientação: Prof^a. Dr^a. Heloisa Jochims Reichel , Ciências
Humanas”.

1. Política indigenista. 2. Questão indígena. 3. Índio I. Título.

CDU325.45(=1.81-82)

Catálogo na Publicação:
Bibliotecária Eliete Mari Doncato Brasil - CRB 10/1184

FOLHA DE APROVAÇÃO

Autor: Márcio André Braga.

Título: Os Selvagens da Província – Índios, Brancos e a Política Indigenista no Rio Grande do Sul entre 1834 e 1868.

Natureza do trabalho: Dissertação de Mestrado em Estudos Históricos Latino-americanos.

Objetivo: Identificar e analisar a política indigenista aplicada na província do Rio Grande do Sul entre 1834 e 1868, bem como as formas como ela se articulava aos encaminhamentos dados à Questão Indígena pelo Império brasileiro no período.

Instituição: Programa de Pós-graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

Área de concentração: Estudos Históricos Latino-americanos – Populações indígenas e missões religiosas na América Latina.

Data de aprovação: _____

Banca Examinadora:

Dra. Heloisa Jochims Reichel (Unisinos) _____

Dr. Pedro Ignácio Schmitz, S.J. (Unisinos) _____

Dr. John Manuel Monteiro (Unicamp) _____

AGRADECIMENTOS

Gostaria de mencionar, inicialmente, os meus professores. Em particular, agradeço a Dra. Loraine Slomp Giron, por ter me iniciado no universo da pesquisa.

Obrigado ao Dr. José Alberione dos Reis, portador de tamanha paixão por ensinar que seria difícil não ser contaminado.

A Dra. Vânia Beatriz Merlot Herédia, tutora e amiga, agradeço pelas dicas, pelo exemplo e pela torcida.

Obrigado a Dra. Paula Caleffi, pelas orientações iniciais que transformaram uma idéia em um projeto de pesquisa.

Agradeço de forma especial a minha orientadora, a Dra. Heloisa Jochims Reichel, pela paciência, pela dedicação e pelos ensinamentos.

Fora da academia, mas não com menor importância, agradeço ao paciente pessoal do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, pela atenção dispensada a este pesquisador.

Impossível esquecer os amigos Claitor Mazzochi, Rudimar Mendes e Simone Gonçalves, por terem estado presentes incondicionalmente quando as coisas ficaram nebulosas. Clai, Rudi e Moni, que tantas vezes me serviram de bússola, a vocês um muito obrigado, meu carinho e dedicação eternos.

A Cíndia Brustolin e Júlio Pereira, agradeço pela disposição em me receber semanalmente em sua casa.

Muito obrigado a Cláudia, ao Seu Algeu e a Dona Tereka, minha irmã e meus pais, pelo apoio constante a minha carreira de historiador.

Finalmente, obrigado a Bila, que foi uma parceira fiel e dedicada nas longas horas de estudo. Existiriam filas intermináveis para ouvir suas preleções a respeito dos índios rio-grandenses, caso você falasse, é claro.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo central analisar as ações tomadas pelos agentes oficiais encarregados pela aplicação da política indigenista no Rio Grande do Sul entre 1834 e 1868.

Para tal análise foram consultados prioritariamente os documentos oficiais produzidos naquele período pelos Juizados de Órfãos, pelas Diretorias de Índios e pela Presidência da Província, que se encontram reunidos no acervo do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRGS). Entre esses, os gerados após 1845 passaram ainda por um recorte de ordem geográfica, tendo sido selecionados os relativos aos aldeamentos da Guarita, Nonoai e da Colônia Militar de Caseros.

Buscando subsídios para a análise proposta, o texto apresenta, como primeiro capítulo, um histórico da Questão Indígena no Brasil desde o período de dominação portuguesa até o Império brasileiro.

O segundo capítulo focaliza o encaminhamento da Questão Indígena no Rio Grande do Sul durante o século XIX, concretizado pela formação de aldeamentos indígenas na zona do planalto sul-rio-grandense. Nele, são privilegiadas as mudanças processadas na apropriação da terra na Província de São Pedro entre a tomada das Missões pelos portugueses e a Lei de Terras de 1850, momento em que ocorre o avanço dos colonizadores brancos em direção ao planalto gaúcho, marginalizando os grupos indígenas que habitavam esse território.

De posse dos subsídios desenvolvidos nos capítulos anteriores, o terceiro analisa as ações tomadas pelos agentes oficiais encarregados pela aplicação da política indigenista na província de São Pedro entre 1834 e 1868, bem como as reações da população indígena a essa mesma política.

Dessa análise, conclui-se que o tratamento dado à Questão Indígena pelo governo do Rio Grande do Sul, no século XIX, estava alinhado a política indigenista do Império. Entretanto, a abordagem provincial da questão não deixou de sofrer as influências da agenda de interesses regionais e nem das reações dos indígenas as iniciativas provinciais para sua integração a sociedade imperial em expansão.

PALAVRAS-CHAVE: Índios – Política Indigenista – Questão Indígena

ABSTRACT

This Paper has as primary objective analyze the actions made by the official agents in charge for the application of indigenous politics in Rio Grande do Sul between 1834 and 1868.

For this analysis was primarily consulted the official documents produced in that time by the Orphan Court, the Indigenous Directory and the Province Presidency, that is found on the Historical Archive of Rio Grande do Sul (AHRGS). The ones generated after 1845 passed by a geographic clip, selecting the files related to the Guarita, Nonoai and Colônia Militar dos Caseros villages.

Searching for subsidy for the proposed analysis the paper presents, as the first chapter, a historical of the Indigenous Matter on Rio Grande do Sul in Brazil since the Portuguese domination to the Brazilian empire.

The second chapter focus on the guidance of the Indigenous Matter on Rio Grande do Sul on the XIX century, realized by the indigenous village formation in the plateau zone from Rio Grande do Sul. In that chapter there is a privilege on the processed changes in the land appropriation on the Province of São Paulo between Mission's take by the Portuguese and the Lei the Terras in 1850, moment that occurs the white settler's advance in direction of the plateau of Rio Grande do Sul, marginalizing the indigenous groups that live in this territory.

In grasp of the subsidy developed in the previous chapters, the third one analyze the actions taken by the official agents in charge of the application of the indigenous politics in São Pedro province between 1834 and 1868, as well the reactions of the indigenous population in the same politics.

From this analyzes, concludes that the treatment gaved to the Indigenous Matter by the government of Rio Grande do Sul, on the XIX century, was aligned to the imperial indigenous politics. Whatever, the provincial approach of the matter didn't escape the influences of the regional interests agenda and even the reactions of the indigenous people to the provincial initiatives for the integration of expansion empire society.

KEY-WORDS: Indigenous – Indigenous Politics – Indigenous Matter

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	07
LISTA DE MAPAS	08
INTRODUÇÃO	09
1 A QUESTÃO INDÍGENA NO BRASIL DA COLÔNIA AO II IMPÉRIO	15
1.1 Relações Entre Indígenas e Colonizadores na América Portuguesa	16
1.2 O Diretório Pombalino	21
1.3 A Política Indigenista de D. João VI	24
1.4 O Império Brasileiro	28
1.5 A Legislação Indigenista do Século XIX	35
2 O RIO GRANDE DO SUL NO SÉCULO XIX	47
2.1 Integração dos Sertões do Centro-Sul ao Domínio Português	48
2.2 A Ocupação do Planalto Gaúcho e a Lei de Terras	53
2.3 Mão-de-Obra Livre e Despossuída no Rio Grande do Sul do Século XIX	62
2.4 A Imigração e a Ocupação dos Vales e Encostas	68
2.5 Os Indígenas Encurralados Pelas Frentes de Ocupação	76
3 A POLÍTICA INDIGENISTA NO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO	87
3.1 Índios e Seus Bens Tutelados Como Órfãos	90
3.2 As Iniciativas para Catequizar e Civilizar	96
3.3 O Cotidiano dos Aldeamentos	112
3.4 A Reação dos Indígenas Aldeados	138
CONSIDERAÇÕES FINAIS	149
FONTES CONSULTADAS	152
BIBLIOGRAFIA	154
ANEXOS	158

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Organograma de cargos a serem preenchidos nos aldeamentos indígenas no Império do Brasil a partir do Regulamento das Missões	43
--	----

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Avanço da ocupação territorial no Brasil pelos colonizadores	50
Mapa 2: Avanço da urbanização e povoamento no sul do Brasil entre 1801 e 1822	51
Mapa 3: Áreas de circulação dos grupos Kaingang no Rio Grande do Sul	78
Mapa 4: Localização aproximada dos aldeamentos indígenas criados no Rio Grande do Sul depois de 1845	80